

PME *Magazine*

Portugal.Mundo.EMPRESAS

JULHO 2022 • TRIMESTRAL • EDIÇÃO 25
DIRETORA: MAFALDA MARQUES
PMEMAGAZINE.SAPO.PT

pmemagazine.sapo.pt



SOFIA MOREIRA DE SOUSA

A sustentabilidade
nos pilares
estruturantes
do PRR





Figura de destaque

Sofia Moreira de Sousa

“PRR é a peça central para a recuperação económica”



Em busca de um futuro sustentável

A vigésima quinta edição da PME Magazine baseia-se na sustentabilidade e quão importante é este ponto nas nossas vidas. Estamos numa fase crítica e não é demais lembrar, se necessário todos os dias, que o mundo é o nosso lar e é preciso cuidar dele.

Como em tudo, é fulcral haver equilíbrio, neste caso com medidas sustentáveis nas empresas e o lucro destas. Aliás, muitas vezes a implementação destas medidas traduz-se num acréscimo do rendimento das empresas. Enumero algumas vantagens: Redução de custos; Atração e retenção de talento; Gestão de risco; Fortalecimento de relações com stakeholders; Oportunidade de negócio e investimento; Diferenciação e fidelização de clientes, entre outras.

Nesta revista, falamos com Sofia Moreira de Sousa, representante da Comissão Europeia em Portugal, sobre como as pequenas e médias empresas se podem candidatar a fundos no PRR e como a sustentabilidade é transversal aos pilares estruturantes do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.



Texto:
João Carreira
Redação

Boas leituras e bons negócios!

ColorADD na PME Magazine

A PME Magazine conta com 15 grandes secções, que servem de guia estrutural para as temáticas abordadas. De forma a tornar a revista mais inclusiva, foi integrado nas secções o sistema de identificação de cores ColorADD. Assim, cada secção conta com uma cor diferente, identificada com um símbolo que permite a pessoas daltónicas identificarem as cores que estão a ver. Desenvolvido com base nas três cores primárias, representadas através de símbolos gráficos, o código ColorADD assenta num processo de associação lógica que permite ao daltónico, através do conceito da adição das cores, relacionar os símbolos e facilmente identificar toda a paleta de cores. O branco e o preto surgem para orientar as cores para as tonalidades claras e escuras.



DIRETORA: Mafalda Marques • **EDITORIA:** Ana Rita Justo • **REDAÇÃO:** João Carreira, Maria Carvalhosa e Diana Mendonça • **VÍDEO E FOTOGRAFIA:** NortFilmes e João Filipe Aguiar • **DESIGN GRÁFICO:** José Gregório Luís
DIGITAL MANAGER: Sofia Neves e Gonçalo Figueira • **COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:** Alexandra Andrade, Emma Rehnberg Jensen, Filipa Martins, Luís Veiga Martins, Nuno Matos, Marco Fernandes e Sandra Laranjeiro dos Santos
ESTATUTO EDITORIAL (leia na íntegra em pmemagazine.sapo.pt) • **DIREÇÃO COMERCIAL** - Daniel Marques • **EMAIL:** publicidade@pmemagazine.com
PROPRIEDADE: Massive Media Lda. • **NIPC:** 510 676 855 • **MORADA DA SEDE DA ENTIDADE PROPRIETÁRIA:** Av. Dr. António Carvalho Figueiredo, 1, 4B, 2670-406 Loures • **MORADA DO EDITOR:** Lisboa Biz - Av. Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 3 R/C - 1900-221 Lisboa • **REDAÇÃO:** Lisboa Biz - Av. Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 3 R/C - 1900-221 Lisboa
TELEFONE: 217 112 690 • **EMAIL:** info@pmemagazine.com • **N.º DE REGISTO NA ERC:** 126819 • **EDIÇÃO N.º:** 25 • **DEPÓSITO LEGAL N.º:** 427738/17
ISSN: 2184-0903 • **TIRAGEM:** 1000 exemplares • **IMPRESSÃO:** Sprint Zona Industrial Segulim, Rua José Pereira, Lote 3ª, 1685-635 Famões, Odivelas • **DISTRIBUIÇÃO:** por assinatura anual • **PERIODICIDADE:** Trimestral



“ Mais de seis mil milhões
vão ser aplicados na
transição
ecológica ”

– Sofia Moreira de Sousa

P **ME Magazine** – Em que sentido é que a sustentabilidade é transversal aos pilares estruturantes do PRR?

Sofia Moreira de Sousa – O mecanismo de recuperação e resiliência é a peça central das políticas europeias para a recuperação económica e para dar resposta àquilo que enfrentámos na pandemia. Mas também é sinónimo, precisamente, das políticas de sustentabilidade da União Europeia, basta vermos o foco dos planos nacionais e do mecanismo de recuperação e resiliência que assenta na promoção da transição ecológica, da transição digital, mas focando em algo muito importante para todos os países da União Europeia e para todos os cidadãos da União Europeia, que são transições justas e trabalhar para uma Europa mais justa na vertente social. Portanto, o mecanismo traduz exatamente esta vontade em políticas concretas e em mecanismos que permitem implementar as políticas de sustentabilidade da União Europeia.

PME Mag. – Passando para o universo das PME, como é que estas podem ser envolvidas quando o financiamento será quase todo canalizado para entidades públicas? As PME terão de entrar como fornecedores? Pergunto, pois não parece haver financiamento direto para as PME...

S.M.S. – A ideia de que as PME não irão beneficiar do financiamento ou do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência é uma ideia falsa, porque, na verdade, o mecanismo está concebido, precisamente, na questão da retoma económica e as pequenas e médias empresas, assim como outros atores da economia nacional, são beneficiados e são alvo das medidas e dos pacotes que estão a ser decididos e atribuídos no âmbito do plano. Desde já, a nível nacional, há uma estrutura que é a missão que vai contratualizar com entidades públicas a distribuição dos financiamentos e, obviamente, nesta primeira fase é responsabilidade das autoridades nacionais de o fazerem, mas, depois, em tudo o que implique a implementação do plano, as pequenas e médias empresas, ▶



Texto:

João Carreira

Redação

Fotografia:

João Filipe Aguiar

Sofia Moreira de Sousa é a representante da Comissão Europeia em Lisboa, tendo assumido funções desde 1 de setembro de 2021. Passado quase um ano, a representante faz um apanhado do que foi feito e mostra, também, como podem as PME beneficiar do PRR.



“

As pequenas e médias empresas são um alvo do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência.

Sofia Moreira de Sousa

”



Mais de seis mil milhões de euros vão ser aplicados em várias iniciativas para apoiar a transição ecológica

como outros atores económicos, são chamados. Por um lado, na prospeção de serviços e no fornecimento e na implementação das infraestruturas. Por exemplo, quando estamos a falar na compra de equipamentos para as escolas, pois serão as pequenas e médias empresas a fornecer esse equipamento e a fazer essas montagens. Mas depois temos também uma parte do plano que visa a capacitação das empresas, empresas essas, que podem e devem recorrer a estes

financiamentos para se capitalizarem e também para procederem à reestruturação que for necessária, nomeadamente no âmbito da digitalização ou na aquisição de competências para as pessoas que nelas trabalham e que precisam destas competências para se afirmarem no mercado concorrencial. Portanto, há várias formas, mas as pequenas e médias empresas são um alvo, digamos assim, do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência.

“As alterações climáticas e a degradação do ambiente representam uma ameaça existencial para a Europa e o resto do mundo.”

Sofia Moreira de Sousa



PME Mag. – Quer referir algum exemplo?

S. M. S. – Sim, o plano vai capitalizar o Banco Português do Fomento que, por sua vez, vai trabalhar com as pequenas e médias empresas, podendo capitalizar e cedendo capital para os investimentos que precisam de fazer não só na área digital, mas mesmo na área da formação ou na área de aquisição de equipamentos que sejam necessários. E, portanto, as PME vão poder recorrer, através do Banco Português de Fomento, a estes fundos previstos no plano nacional.

PME Mag. – Os fundos para a luta contra as alterações climáticas serão aplicados onde, especificamente?

S. M. S. – Uma das grandes prioridades é, precisamente, na promoção da sustentabilidade do nosso planeta e da Europa. Há uma aposta muito grande na transição ecológica e, ficou, desde sempre, decidido que uma parte muito significativa dos planos nacionais e do mecanismo de recuperação e resiliência tinham de ser focados em programas de apoio a esta transição ecológica. No

caso português, cerca de quase um terço do financiamento do plano tem de ser canalizado para projetos que visem, precisamente, esta transição ecológica, ou seja, mais de seis mil milhões de euros vão ser aplicados em várias iniciativas e em vários projetos e políticas nacionais que visam apoiar esta transição. Dou um exemplo, muito do financiamento vai para apostar no imobiliário, nos edifícios, de forma que possam, realmente, ter uma maior eficiência energética, mas, também, nos vales de eficiência energética para as famílias e para aquelas entidades mais desfavorecidas que não podem de imediato acompanhar essa transição. Vai-se apostar também na rede de transportes sustentáveis, na criação de autocarros. Por exemplo, no Porto há uma série de autocarros e de novas linhas que vão ser criadas e que vão existir com maior frequência para permitir a continuação das redes de metro, ou seja, das pessoas que apanham o metro, mas que não têm a estação à sua porta e podem utilizar autocarros. Com isto, reduzimos o impacto do transporte privado e potenciamos que as pessoas utilizem mais os transportes públicos. Há várias medidas, referi apenas duas ou três, mas há muitas outras que, ao abrigo do plano, visam, precisamente, fomentar a transição ecológica e apoiar para atingirmos as metas a que a Comissão Europeia se propôs, de chegarmos a 2050 sendo um continente neutro em termos de emissões de gases com efeito de estufa.

PME Mag. – Que medidas está a Comissão Europeia a levar a cabo no sentido de alterar o rumo das alterações climáticas?

S. M. S. – As alterações climáticas e a degradação do ambiente representam uma ameaça existencial para a Europa e o resto do mundo. Para superar estes desafios, a União Europeia apresentou o Pacto Ecológico Europeu, cujo objetivo é transformar a União numa economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva. Queremos atingir este objetivo ao mesmo tempo que garantimos que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa sejam nulas em 2050, que o crescimento económico esteja dissociado da utilização de recursos e que ninguém nem nenhuma região seja deixado para trás neste processo. O Pacto Ecológico Europeu é também um dos mecanismos de resposta aos problemas criados pela pandemia, daí que um terço dos investimentos a financiar pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência e pelo orçamento da União sejam destinados a projetos que cumpram os objetivos do pacto. Além disso, ►



a Comissão Europeia tem vindo a adotar um conjunto de propostas legislativas com o objetivo de tornar as políticas da UE em matéria de clima, energia, transportes e fiscalidade aptas para alcançar uma redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. São medidas de carácter horizontal, que tocarão todos os setores de economia, da indústria à agricultura, passando pelos transportes, que vão transformar a maneira de produzirmos e de consumirmos, ao mesmo tempo que servirá de estímulo às nossas economias. Mais recentemente, como parte da resposta da União aos efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão apresentou o Plano REPowerEU, que constitui a resposta à necessidade urgente de pôr termo à dependência da UE em relação aos combustíveis fósseis russos e de fazer face à crise climática. As medidas do Plano REPowerEU visam promover a poupança energética, diversificar o nosso aprovisionamento energético e acelerar a implantação das energias renováveis para substituir os combustíveis fósseis nas habitações, na indústria e na produção de energia.

PME Mag. – Poderá explicar a “Estratégia Nacional para o Hidrogénio” e de que forma ajuda a realizar uma transição verde?

S. M. S. – Portugal assumiu o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, posicionando o país entre aqueles que assumem a liderança na luta contra as alterações climáticas, no âmbito do Acordo de Paris. Ao incluir uma componente no PRR sobre “hidrogénio e energias renováveis”, Portugal pretende promover a transição energética e a descarbonização da indústria e dos transportes com um forte enfoque na produção de hidrogénio renovável e de outros gases renováveis. A estratégia nacional sobre hidrogénio, que é uma parte desta componente do PRR, enquadra o papel atual e futuro do hidrogénio no sistema energético e propõe medidas e objetivos para a incorporação do hidrogénio nos vários setores da economia. Incluída está a criação das condições necessárias para esta mudança, nomeadamente legislação e regulamentação, segurança, normas, inovação e desenvolvimento, financiamento, entre outros. No caso das Regiões Autónomas, o foco está na implantação de energias renováveis (geotérmica, eólica, fotovoltaica e hidroelétrica) e no armazenamento. Esta componente é fundamental para reduzir a dependência energética nacional através da produção de energia



de fontes locais, para melhorar a balança comercial e para aumentar a resiliência da economia nacional. Esta estratégia é acompanhada por investimentos-chave. Por exemplo, 185 milhões de euros do PRR são destinados a projetos privados de produção de hidrogénio renovável e outros gases de origem renovável, enquanto nos Açores o enfoque será no aumento da quota de eletricidade proveniente de energia renovável disponível em cada ilha e no desenvolvimento de uma infraestrutura elétrica de ponta e no aumento da autossuficiência energética.

185 milhões de euros do PRR são destinados a projetos privados de produção de hidrogénio renovável e outros gases de origem renovável

“

A Comissão Europeia tem vindo a adotar propostas legislativas com o objetivo de tornar as políticas da UE aptas para alcançar a redução das emissões de gases com efeito de estufa de 55% até 2030.

Sofia Moreira de Sousa

”

PME Mag. – A pandemia acelerou bastante a transição digital. Considera que as empresas já estão em “ponto de reboçado” ou ainda há um longo caminho a percorrer?

S. M. S. – Bom, há, claramente, obra feita. E a forma como as pequenas e médias empresas reagiram e conseguiram trabalhar e serem criativas durante este período que atravessamos da pandemia demonstra bem a agilidade e a capacidade de adaptação dos atores económicos portugueses e da população.

PME Mag. – A Comissão Europeia publicou orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de “não prejudicar significativamente” ao abrigo do regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O que se entende por “não prejudicar significativamente”?

S. M. S. – O princípio de “não prejudicar significativamente” no contexto do PRR é uma forma de garantir que todos os investimentos e reformas que os países da União Europeia decidiram incluir nos respetivos planos não são concretizados à custa dos objetivos ambientais da União e dos progressos já alcançados neste domínio. Trata-se de um conjunto de princípios-chave e de uma metodologia desenvolvida para garantir esse objetivo e facilitar o trabalho dos Estados-Membros na preparação dos seus planos de recuperação e de resiliência. Não podemos permitir que as medidas que ajudarão as nossas economias a recuperar da crise provocada pela pandemia façam retroceder objetivos e metas ambientais já alcançadas. Sobre tudo porque parte do objetivo dos planos é precisamente acelerar a transição ecológica. Este foi o mecanismo que se estabeleceu, assente numa avaliação a dois tempos: no processo de preparação dos planos era condição prévia que todas as medidas respeitassem este princípio de “não causar danos significativos” e essa avaliação está a ser novamente efetuada durante a fase de implementação de cada plano.

PME Mag. – Há quem defenda que o prazo de quatro anos para aplicar o PRR é demasiado concentrado, o que se traduzirá numa falta de recursos humanos, dificuldade de realizar um crescimento sustentado e, posteriormente, em inflação. Qual a sua visão sobre este tema?

S. M. S. – A Comissão está consciente da situação de aumento dos preços e das dificuldades de acesso às matérias-primas, especialmente no setor da construção. Encorajamos os países da União a respeitar os prazos estabelecidos nos seus planos, tal como estabelecido nas



Sofia Moreira de Sousa
foi embaixadora da UE
em Cabo Verde

Decisões de Implementação do Conselho. Os Estados-membros devem fazer o seu melhor para assegurar a implementação atempada das reformas e investimentos a que se comprometeram. Os prazos para os Estados-membros apresentarem os seus pedidos de pagamento são indicativos, ou seja, os Estados-membros podem decidir quando apresentar os seus pedidos de pagamento, embora só o possam fazer duas vezes por ano. No entanto, quando um ou mais marcos e objetivos incluídos num PRR adotado já não forem realizáveis devido a circunstâncias objetivas, o Estado-Membro em causa pode apresentar um pedido fundamentado à Comissão para alterar o seu PRR. A Comissão avaliará tais pedidos fundamentados caso a caso. ►



“No caso das regiões autónomas, o foco está na implantação de energias renováveis (geotérmica, eólica, fotovoltaica e hidroelétrica) e no armazenamento.”

Sofia Moreira de Sousa



PME Mag. – Foi nomeada representante da Comissão Europeia em Portugal em julho de 2022 e assumiu funções no dia 1 de setembro do ano passado. Que balanço faz deste primeiro ano em funções?

S. M. S. – Mais do que um balanço, gostava de partilhar aquilo que sinto, enquanto portuguesa e enquanto representante da Comissão Europeia em Portugal. Os desafios que enfrentámos nos últimos anos, a pandemia, a retoma económica e agora a guerra que volta ao continente europeu demonstram bem que se não estivéssemos unidos e em conjunto não teríamos mecanismos para enfrentar estas crises. Acima de tudo, sinto muito orgulho de Portugal ser um país ativo, europeísta e que trabalha juntamente com os outros 26 Estados-membros para construirmos uma Europa forte, mais unida, porque é assim que conseguimos, também, um mundo melhor. ●

Como parte da resposta da UE aos efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão apresentou o Plano REPowerEU

Sofia Moreira de Sousa

Antes de ocupar o atual cargo, desempenhou funções enquanto embaixadora da UE em Cabo Verde, foi embaixadora adjunta da UE na África do Sul, no período de 2014-2017, conselheira do secretário geral adjunto do Serviço Europeu para a Ação Externa e conselheira política do representante especial da UE (REUE)/embaixador da UE junto da União Africana, em Adis Abeba, assim como do REUE para o Sul do Cáucaso. Trabalhou igualmente no Secretariado-Geral do Conselho da UE, na Agência Espacial Europeia e na Academia de Direito Europeu, em Trier.



“Mais de seis mil milhões vão ser aplicados na transição ecológica”

- Sofia Moreira de Sousa

Sofia Moreira de Sousa é a representante da Comissão Europeia em Lisboa, tendo assumido funções desde 1 de setembro de 2021. Passado quase um ano, a representante faz um apontado do que foi feito e mostra, também, como podem as PME beneficiar do PRR.

Por Sofia Moreira de Sousa. O primeiro ponto de partida para a transição ecológica é a política climática, que é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica.

A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica.

A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica. A política climática é o ponto de partida para a transição ecológica.

REPORTAGEM



Sofia Moreira de Sousa
Representante da Comissão Europeia em Lisboa

“Mais de seis mil milhões vão ser aplicados na transição ecológica”

”

FIQUE POR DENTRO
DE TODOS OS **NEGÓCIOS**
EM 2022!

ASSINATURA ANUAL
39,95€



ASSINE EM:
pmemagazine.sapo.pt/assinatura



pmemagazine.sapo.pt